

Economia

MERCADO DE CAPITAIS

Rating rebaixado requer cautela

Para analistas, alteração nas notas de crédito do País não deve afastar investidores

Fernando Soares

fernando.soares@jornaldocomercio.com.br

O rebaixamento das notas de crédito do Brasil anunciado pela agência Standard & Poor's (S&P) é recebido com cautela por economistas gaúchos. A análise é de que, a mudança de BBB para BBB- do rating da dívida de longo prazo em moeda estrangeira, já era algo previsto nos últimos tempos, em função da deterioração das contas públicas do País, da perspectiva de crescimento moderado e da pressão inflacionária. Ao mesmo tempo, especialistas apontam que a alteração pouco deve influenciar na captação de novas aplicações, até porque os títulos brasileiros ainda detêm grau de investimento.

A S&P também modificou para baixo uma série de outros indicadores. Entre eles, estão o rating da dívida de longo prazo (de A- para BBB+), o de crédito de curto prazo em moeda local (de A2 para A3) e o de transferências e conversibilidade (de A- para BBB+). “É uma mudança pequena, não vai afetar o fluxo de investimento direto mais do que o cenário atual vem afetando. A nota é apenas a consequência do que os investidores estão percebendo há algum tempo”, afirma o presidente da Apimec-Sul, Marco Antônio Martins.

O dirigente acredita que a



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Mudança não afeta investimento mais do que cenário atual, diz Martins

decisão da S&P pode ser seguida por outras agências de classificação de risco, principalmente a Fitch. A Moody's, recentemente, manifestou que não modificaria sua avaliação do Brasil. Martins define que “as maquiagens contábeis, a aceleração inflacionária e o baixo crescimento” justificam a queda de rating. Ao mesmo tempo, o economista diz que os argumentos utilizados pelo Ministério da Fazenda para rebater a agência são coerentes. “O governo olha pelo lado do pleno emprego, do acesso ao crédito e da expansão da renda. O investidor, no entanto, olha para o futuro e o governo está olhando para o passado”, acredita.

Segundo o professor André

Cunha, da faculdade de Economia da Ufrgs, apesar de não possuir uma conjuntura totalmente confortável, o Brasil possui sua dívida pública sob controle e, caso cumpra a meta de superávit primário de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o déficit recua mais. Mesmo assim, o especialista avalia que a decisão da S&P tem fundamento, em função do crescimento dos déficits nas contas externas e da projeção de expansão reduzida do PIB. “A S&P foi dura, mas não injusta. Só que um dos queridinhos do mercado internacional, o México, cresceu metade do que o Brasil em 2013”, pondera, recomendando cuidado com os pareceres das agências.

Um dos principais desdo-

bramentos da queda, a partir de agora, será uma rigidez maior no momento de tomar dinheiro no exterior. “O custo de captação vai ficar mais alto para o governo. Mas essa mudança não vai ser tão grave. Grave seria se houvesse redução para abaixo do grau de investimento”, aponta. Os investidores não devem se distanciar do Brasil, enfatiza Cunha. Nesse sentido, o economista ressalta que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) no País saltou de US\$ 6,4 bilhões, nos dois primeiros meses de 2013, para US\$ 9,7 bilhões em igual período de 2014.

O economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) Róber Iturriet lembra que a S&P tem rebaixado as notas de uma série de países, inclusive dos Estados Unidos. “O rebaixamento das notas brasileiras não ocorreu do nada, houve motivos. Mas é preciso analisar com cautela, pois as agências cometeram uma série de erros durante a crise de 2008”, menciona. Para ele, a medida sinaliza uma pressão para que o governo brasileiro segure gastos e aumente o superávit primário. “Vejo isso com maus olhos. Quando se aumenta superávit primário, se gasta menos com a sociedade e mais com juros da dívida. É uma troca benéfica aos bancos, mas não para a população”, defende.

Agências Fitch e Moody's não mudam nota

Um dia depois de a Standard&Poor's rebaixar a nota do País para BBB-, a diretora-sênior da Fitch Ratings, Shelly Shetty, afirmou que a agência de classificação de risco mantém a nota do Brasil em “BBB”, com perspectiva estável, “o que implica que as pressões ascendentes e descendentes sobre a classificação estão globalmente equilibradas”.

Shelly, que é responsável pela área de ratings da Fitch para a América Latina, e também primeira analista da nota soberana brasileira, afirmou ainda que, desde a última classificação do Brasil, em julho de 2013, a agência continua monitorando a nota em uma base regular.

Já a Moody's, informou, por meio de sua assessoria, que não comenta as ações de outra agência, e salientou que o rating atual do Brasil é “Baa2” (segundo nível acima do grau de investimento), com perspectiva estável. Segundo a assessoria da Moody's, não há um calendário para a divulgação de uma revisão da nota.

S&P diz ter olhado para deterioração da política fiscal

A Standard & Poor's (S&P) não espera grandes ajustes na política fiscal brasileira, mesmo após as eleições presidenciais de outubro, segundo a diretora responsável por Brasil na S&P, Lisa Schineller.

A deterioração de indicadores fiscais, incluindo o aumento do déficit público, foi um dos fatores que levaram a agência de classificação de risco a colocar a nota brasileira em perspectiva negativa em junho do ano passado, frisou Lisa. Desde então,

essa tendência não mudou muito e não dá sinais de que terá uma guinada.

A S&P espera algum ajuste fiscal em 2015, mas Lisa destacou que tem ocorrido enfraquecimento da condução da política fiscal em Brasília e a perspectiva é de que vá continuar assim. Ela frisou que há um menor grau de transparência na execução da política fiscal. O governo brasileiro, reforçou, precisa se comprometer com políticas pragmáticas.

Ibovespa ignora S&P e tem sétima alta consecutiva

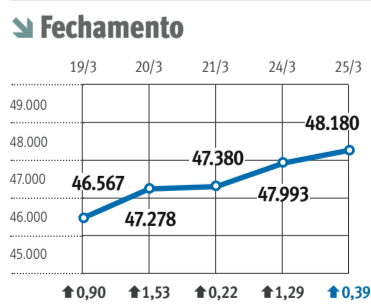
A Bovespa praticamente ignorou o rebaixamento do rating brasileiro pela Standard & Poor's (S&P). Chegou a pisar no terreno negativo, mas pontualmente e sem sequer registrar dois dígitos de perdas. Fluxo firme de compra de investidores estrangeiros e a alta das bolsas internacionais sustentaram os ganhos domésticos.

O Ibovespa encerrou a sessão com valorização de 0,39%, aos 48.180 pontos, o maior patamar desde 14 de fevereiro (48.201 pontos). Na mínima do dia, registrou 47.950 pontos (-0,09%) e, na

máxima, 48.441 pontos (+0,93%). No mês, avançou 2,31% e, no ano, há perda de 6,46%. O giro financeiro foi de R\$ 5,730 bilhões.

Especialistas destacaram que o downgrade do Brasil já era esperado pelo mercado, embora a data do anúncio tenha sido uma surpresa. Um operador justificou a alta doméstica com o forte fluxo de compra por parte dos estrangeiros, que continuam aproveitando preços atrativos dos papéis.

O dólar à vista no balcão fechou em queda de 0,60%, cotado a R\$ 2,3070.



Fonte: BM&FBovespa

➔ Volume
R\$ 5,731 bilhões

27º FÓRUM DA LIBERDADE

CONSTRUINDO SOLUÇÕES

07 e 08 de Abril

Local: Prédio 41 da PUCRS
Inscrição e informações:
www.forumdaliberdade.com.br
INSCREVA-SE.

Patrocínio:

Apoio:

Parceiros institucionais:

Parceiros: